



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo n.º 48006-52.2020.6.05.8000

Assunto: Impugnação ao Pregão n.º 35/2020 – serviços de guarda e conservação de microfilmes.

Parecer n.º 331/2020

1. Retornam a esta Assessoria de Licitações e Contratos os autos do processo com vistas à contratação do serviço de guarda e conservação de microfilmes, e outras mídias apresentadas para arquivamento, para análise de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 35/2020, apresentada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia 5.ª Região (Bahia/Sergipe), por meio do doc. n.º 755523.

2. Aduz o Conselho, em síntese, que consta no objeto da licitação, “(...) *mesmo que de forma implícita, atividades da área de Biblioteconomia, como organização dos serviços de documentação, que é uma das atribuições do Bibliotecário, conforme Lei Federal n.º 4.084 de 30 de junho de 1962*”. Por essa razão, a entidade afirma ser obrigatório que se exija, das licitantes, o respectivo registro (*in casu*, referiu-se especificamente ao Conselho Regional de Biblioteconomia-5ª Região, jurisdição Bahia e Sergipe) e que possuam Responsável Técnico com formação na área.

3. Instada a se manifestar, a área demandante, por meio do doc. n.º 755573, afirmou:

O objeto desta contratação visa cumprir o parágrafo 3.º do artigo 5.º de Decreto n.º 1799/1996 que determina o armazenamento de filme original em local diferente do seu filme cópia.

Desta forma, a referida demanda se restringe à utilização de espaço físico terceirizado, adequado, restrito, seguro, monitorado, ambiente com controle de temperatura e também de umidade, visando à adequada preservação dos microfilmes, enquanto suas cópias permanecem no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para consulta desse acervo documental.

Ressalte-se a inexistência de inferências que remetam a quaisquer procedimentos de gerenciamento de documentos que envolvam organização, catalogação, busca e localização de documentos arquivados, levantamento e análise de acervo, controle e manutenção do ciclo de vida documental, recuperação e compartilhamento da informação, ou outras atividades próprias da gestão documental.

Saliente-se que o processo de gestão de documentos deste Tribunal é efetivamente realizado pela Seção de Arquivo da COGED.

4. Com base em tal resposta, manifestou-se o Pregoeiro pelo não acolhimento da Impugnação (doc. nº 755784), ocasião em que aduziu:

Examinando as alegações da impugnante em cotejo com o objeto deste licitação, não vislumbramos de modo inequívoco correlação existente com as disposições previstas no art. 6º da lei 4.084/62, até porque esta dispõe sobre as atribuições pertinentes aos bacharéis de biblioteconomia dentre as quais - *d) a organização e direção dos serviços de documentação*. Enquanto que o objeto da licitação trata do serviço de guarda e conservação de microfilmes.

(...)

Os serviços que estão sendo licitados s.m.j são inerentes da área de arquivologia, cuja classe não possui um conselho que poderia registrar as empresas licitantes.

É breve Relatório.

5. O Termo de Referência, anexo do edital do Pregão nº 35/2020, tratou da especificação e forma de execução dos serviços (tópicos 3 e 4), restando assentado que o objeto da licitação se constitui, efetivamente, na contratação de empresa que possua espaço adequado¹, com, no mínimo, 10 (dez) arquivos para o acondicionamento de microfilmes e outras mídias.

5.1. Em análise a tais disposições e em cotejo com as próprias normas elencadas pela impugnante, não vislumbramos obrigações ou atividades listadas no Termo de Referência que se pareçam com a *gestão de documentação*, ou com outra atividade que se possa atribuir ao exercício profissional do Bibliotecário. Vejamos:

Lei nº 4.084/1962

6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.

Resolução CFB nº 307, de 23 de março de 1984

¹“4.4. O ambiente de arquivamento dos microfilmes e mídias deverá ser mantido sob sistema de condicionamento de ar, com a temperatura em 20° C e controle de temperatura ambiente, que poderá variar +/- 1°C;4.5. O ambiente de arquivamento dos microfilmes e mídias deverá ser mantido sob pressão de ar levemente positiva;4.6. O serviço deve ser prestado em ambiente com sistema de purificação e filtragem de ar para remoção de pó e eliminação de gases contaminantes;4.7. O ambiente onde o serviço será prestado deverá ter a umidade relativa do ar em níveis entre 20% e 40%, com variação de +/- 5%, controlada com higrômetro dotado de umidostato para controle do desumidificador, a fim de evitar variações bruscas de temperatura e umidade;”

“Art. 1º A empresa ou instituição que se constitua para prestar ou executar serviços de Biblioteconomia e Documentação ou que exerça qualquer atividade, ligada ao exercício da Profissão de Bibliotecário, é obrigada ao registro no Conselho Regional de Biblioteconomia da jurisdição de sua sede. Para esse registro, a empresa ou instituição deverá provar personalidade jurídica e que o(s) responsável(eis) pela parte biblioteconômica seja(m) bibliotecário(s) registrado(s)”.

6. Ora, o que se pretende com a presente contratação é que a Administração disponha de local diverso daquele onde estão os microfilmes originais (sede do Tribunal), que atendam às normas técnicas no que diz respeito ao correto armazenamento das cópias, tudo em obediência à norma que rege a matéria, nos exatos termos defendidos pela área demandante. Na essência, poderíamos até afirmar que nada mais é do que uma *locação de espaço*, desde que o espaço atenda a todas as exigências impostas pelas normas técnicas e legais. Não há, pelo que se vê no Termo de Referência, qualquer *tratamento* da documentação, cuja *gestão* é de responsabilidade deste Tribunal, mas sim a mera *guarda dos microfilmes*, em ambiente adequado a tal finalidade.

7. Ante o exposto, entendemos que as razões apresentadas pelo Conselho Regional de Biblioteconomia 5º Região (Bahia/Sergipe) não merecem ser acatadas, mantendo-se o edital do Pregão nº 35/2020 nos mesmos moldes em que foi expedido.

É o parecer, *sub censura*.